

-----**ACTA N.º 7/2009**-----

-----Ao primeiro dia de Abril de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que, conforme os requerimentos presentes à reunião de Câmara, irão estar ausentes em gozo de férias, durante o período de 6 a 9 de Abril de 2009, o Presidente e Vice-Presidente da Câmara, delegando para o efeito, nos termos do n.º 2, do art. 69.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, as competências de ambos, no Senhor Vereador António Graça Silva. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber se a autarquia já tinha conhecimento de qual o Agrupamento de Centro de Saúde (ACES), Celorico da Beira iria fazer parte, uma vez que a proposta apresentada era diferente da pretendida pelo Município.-----

-----Pretendeu também ser esclarecido sobre o porquê de os relatórios de contas do Município, que estão disponíveis na internet serem de 2006, uma vez que a Lei das Finanças Locais obriga a sua publicação anual. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que relativamente à criação dos ACES, o Município fez uma exposição ao Presidente do Conselho Directivo da ARSC, informando que não concordavam com os ACES apresentados, por não responderem às necessidades da população e propunham que Celorico da Beira estivesse na mesma ACE que a Guarda, proposta da qual nunca tiveram qualquer tipo de resposta. -----

-----Propõe que seja solicitado, novamente, ao Presidente da ARSC uma resposta sobre a proposta apresentada. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que tinha um assunto para apresentar, mas dadas as circunstâncias, apresentá-lo-ia na próxima reunião. Contudo pretendeu saber o que aconteceu à Unidade Móvel de Saúde, que deixou de ver a circular pelo concelho, bem como alertar, mais uma vez, para o pavimento junto à rotunda que liga Celorico a Trancoso e sensibilizar o Senhor Presidente para o mau estado do mesmo, não devendo a autarquia em hipótese alguma recepcionar aquela obra nas condições que apresenta actualmente. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que tal como o Senhor Vereador já havia alertado para o estado do pavimento, também o Conselho Municipal de Segurança o fez na sua última reunião, e esclareceu que a obra não será recepcionada enquanto o pavimento não for reposto, caso contrário a sinalização do pavimento já estaria efectuada. -

-----Relativamente à Unidade Móvel de Saúde esclareceu que houve algumas questões relativas ao protocolo com a ARS e a autarquia enquanto o assunto não se resolve retirou a viatura e procedeu à sua inspecção. Mas, brevemente estará novamente ao dispor de todos os Celoricensenses.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PERMUTA DE LOTES E REDUÇÃO DE CAUÇÃO PRESTADA – JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO;** -----

-----**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ (ALVARÁ N.º 2/93) – ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ;** -----

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE AZARES – PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA CASA DO POVO;**-----

-----**REVISÃO DO PDM DE CELORICO DA BEIRA – PUBLICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO;** -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO – HERDEIROS DE ANTÓNIO PEREIRA GUERRA;** -----

-----**TRANSPORTES ESCOLARES;** -----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;** -----

-----**LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA;** -----

-----**LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS;** -----

-----**ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL NOVE.** -----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número seis, da reunião ordinária do Executivo de dezoito de Março de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**II - GABINETE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MATERIAIS**-----

-----**Requerente: Maria Isabel da Silva**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 17 de Março de 2009, dando conhecimento que após visita domiciliária à família em questão, residente em Vale de Azares, verificaram que se tratava de uma habitação unifamiliar, composta por três assoalhadas. A referida família, com um agregado familiar de 4 pessoas, tem uma capitação média mensal de 154,54€-----

-----Mais informam que solicitam a ajuda da autarquia para pintar a casa e colocação de um poliban, nas instalações sanitárias, cujo valor será aproximadamente 200€ -----

-----Propõem que sejam concedidos os materiais para efectuarem as obras, de forma a melhorar as condições de salubridade e habitabilidade desta família.-----

-----**A Câmara deliberou fornecer o material necessário ao referido agregado, para executar obras de reparação na sua habitação.**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MATERIAIS**-----

-----**Requerente: Maria Rosa Tavares Rodrigues**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 19 de Março de 2009, dando conhecimento que após visita domiciliária à família em questão, residente em Salgueirais, verificaram que se tratava de uma habitação unifamiliar, composta por três assoalhadas. A referida família, com um agregado familiar de 2 pessoas, tem uma capitação média mensal de 442,33€. -----

-----Mais informam que solicitam a ajuda da autarquia para compor o telhado e o soalho da habitação que está muito degradado. -----

-----Após análise do processo verificaram que não se enquadra no Regulamento para Situações de Carência (artigo 3.º), uma vez que a capitação média mensal deste agregado familiar é superior ao salário mínimo em vigor. -----

-----**Nos termos da informação, a Câmara deliberou indeferir a pretensão da requerente.** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO PARA REPARAÇÃO DE SOALHO-**

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 18 de Março de 2009, dando conhecimento que a Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos de Açores solicitou ajuda à autarquia para o munícipe José Nunes Ferreira Silva. -----

-----Após visita domiciliária ao munícipe em questão, residente em Açores, verificaram que se tratava de uma habitação unifamiliar, composta por uma assoalhada. A habitação é dividida em madeira e o soalho está completamente degradado, o que dificulta a locomoção do munícipe, visto tratar-se de uma pessoa deficiente que se desloca de muletas. -----

-----O agregado familiar é composto pelo próprio, reformado, que vive com dificuldades económicas, tendo como único rendimento a pensão social de invalidez, no valor de 107,21€. -----

-----Perante a situação sócio-económica do munícipe, propõem que sejam melhoradas as condições de mobilidade, através do arranjo do soalho da sua habitação. -----

-----**A Câmara deliberou que se proceda ao arranjo do soalho da habitação do Senhor José Nunes Ferreira da Silva, residente em Açores, de forma a melhorar a sua mobilidade dentro da habitação.**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA**-----

-----**Requerente: Esperança Marques Saraiva**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e cinco de Março do corrente ano, informando que a Senhora Esperança Marques Saraiva, residente em Vide-Entre-Vinhas, requereu isenção do pagamento de fornecimento de água. -----

-----O Gabinete de Acção Social, depois da análise da documentação entregue, verificou que o processo se enquadra no Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, no Capítulo VII, Bonificações – Artigo 46º - Isenções. -----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de fornecimento de água a Senhora Esperança Marques Saraiva, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA**-----

-----**Requerente: Elisa Jesus**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e quatro de Março do corrente ano, informando que a Senhora Elisa

Jesus, residente em Maçal do Chão, requereu isenção do pagamento de fornecimento de água.-----

-----O Gabinete de Acção Social, depois da análise da documentação entregue, verificou que o processo se enquadra no Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, no Capítulo VII, Bonificações – Artigo 46º - Isenções.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de fornecimento de água a Senhora Elisa Jesus, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA**-----

-----**Requerente: António Amaro**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e quatro de Março do corrente ano, informando que o Senhor António Amaro, residente em Minhocal, requereu isenção do pagamento de fornecimento de água.-----

-----O Gabinete de Acção Social, depois da análise da documentação entregue, verificou que o processo se enquadra no Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, no Capítulo VII, Bonificações – Artigo 46º - Isenções.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de fornecimento de água o Senhor António Amaro, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 25 de Março de 2009, dando conhecimento que a Senhora Maria de Fátima Lucas Jacinto Morgado, residente na localidade de Aldeia Rica – freguesia de Ações, solicitou passe escolar para o seu educando que se encontra a frequentar o 3.º ano de escolaridade na EB 1.º de São Pedro.-----

-----A requerente informou que era a própria que efectuava diariamente o transporte do filho, mas devido a uma alteração de horário no seu local de trabalho, impossibilita-a de fazê-lo à sexta-feira à tarde. Tendo solicitado passe escolar para esse dia.-----

-----Informam que após contacto com a empresa transportadora concluiu-se que esta não emite passes escolares para situações pontuais, pelo que a solução será o aluno tirar o bilhete quando transportado, que tem um custo de 0,88€, por viagem.-----

-----Informam ainda que em conformidade com o Decreto-lei n.º 299/84, artigo 3.º, o transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória, sendo que o mesmo diploma regula a transferência para os municípios a organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares (artigo 1.º).-----

-----Face ao exposto propõem o pagamento do bilhete ao educando da Senhora Maria de Fátima Jacinto, de acordo com a legislação referida. -----

-----**Nos termos da presente informação, a Câmara deliberou que se proceda ao pagamento do bilhete do transporte escolar, entre Aldeia Rica e Celorico da Beira, ao educando da Senhora Maria de Fátima Morgado, mediante a apresentação dos mesmos.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - NOVOS FITADOS DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO**-----

-----Os Novos Fitados de Gestão da Universidade de Coimbra, na pessoa do aluno Ângelo Furtado, natural de Celorico da Beira, solicitaram patrocínio para o carro de curso, através de uma inserção publicitária na plaquete de curso. -----

-----A Câmara deliberou atribuir um donativo no valor de 100€, que corresponde a ½ página, na plaquete de curso, dos Novos Fitados de Gestão da Universidade de Coimbra. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----IV - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA-----

-----ASSUNTO: EMPREITADA "REMODELAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA O QUARTEL DA GNR DE CELORICO DA BEIRA" - ARRANJOS EXTERIORES-----

-----Sobre o assunto em tópico, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do ofício com referência 908, de 16 de Março de 2009, proveniente do Ministério da Administração Interna, onde registam com reconhecimento a disponibilidade e prontidão com que a Câmara Municipal de Celorico da Beira correspondeu ao solicitado em epígrafe. -----

-----V - MINISTÉRIO DO AMBIENTE DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL-----

-----ASSUNTO: AFIXAÇÃO OU INSCRIÇÃO ILEGAL DE PUBLICIDADE FORA DOS AGLOMERADOS URBANOS EM LOCAL ONDE A MESMA É VISÍVEL DE ESTRADA NACIONAL, AO KM 137,8 DA AUTOESTRADA A25 -----

-----Foi presente ofício n.º 3248/08, de 18 de Março de 2009, da CCDR do Centro, dando conhecimento que na sequência de uma acção de fiscalização efectuada em 16 de Outubro de 2008, à auto-estrada A25, foi verificado ao km 137.8 da referida auto-estrada:-----

-----A afixação ou inscrição ilegal de publicidade fora dos aglomerados urbanos relativa à “FUTURA PLATAFORMA LOGÍSTICA” o que constitui infracção ao estabelecido no n.º 1 do art. 3.º do D.L. n.º 105/98, de 24 de Abril, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 11-A/98, de 30 de Junho e pelo D.L. n.º 166/99, de 13 Maio. -----

-----De acordo com o n.º 1, do art. 3.º do D.L. n.º 105/98, de 24 de Abril, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 11-A/98, de 30 de Junho e pelo D.L. n.º 166/99, de 13 de Maio, é proibida a afixação ou inscrição de publicidade fora dos aglomerados urbanos em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas nacionais. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que não se trata de publicidade, mas sim, de informação institucional, como tal importa clarificar se o que está a infringir a lei é a colocação do monoposte ou da informação. -----

-----Em relação à estrutura de aço, disse que, se está fora da distância legal é porque houve um alargamento da A25. -----

-----O Executivo corrobora da opinião do Senhor Vereador e considera que a autarquia deverá informar a CCDR Centro de que o painel colocado na A25 ao km 137.8, não é um painel publicitário, mas sim, informação institucional, deverá também ser elaborado um dossier com toda a documentação sobre o assunto, para ser enviado para a supra referida comissão. -----

-----**VI - FUNDAÇÃO INATEL**-----

-----**ASSUNTO: PARCERIA COM A FUNDAÇÃO INATEL**-----

-----Foi presente, ofício n.º 133, de 17 de Março de 2009, proveniente da Fundação Inatel, dando conhecimento que o Decreto-lei n.º 106/2008, de 25 de Julho extinguiu o Inatel, IP, criando em sua substituição a Fundação Inatel, que é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública.-----

-----**VII - REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente para conhecimento requerimento de férias do Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**VIII - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE**-----

-----Foi presente requerimento n.º 199, datado de vinte de Março de dois mil e nove, em nome de Luís Bernardo Pires Pereira, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizado dentro dos perímetros urbanos, de acordo com o PDM em vigor. A parcela de terreno a destacar possui uma área de 458.25m², ficando uma área sobrance de 2623.75m². A parcela de terreno a destacar já possui alvará de licença de construção n.º 6/2009, emitido em 05/03/2009, para uma edificação destinada a habitação.-----

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4 do art. 6.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro e o ponto 2 do art. 17.º do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre as seguintes condições:-----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos;-----

-----b) A construção que está a ser erigida na parcela a destacar dispõe de projecto aprovado.-----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 6, do art. 6.º da referida legislação citada.-----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 458.25m².**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**PERMUTA DE LOTES E REDUÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA – JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO**-----

-----Foi presente informação conjunta da Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo e da Jurista, Dr.^a Maria do Céu Louro, dando conhecimento que foi apresentado pelo requerente supra identificado, requerimento com data de 16 de Março de 2009, a solicitar a permuta dos lotes n.ºs 3, 4 e 19 pelos lotes n.ºs 28, 35 e 36 e ainda redução da caução prestada em três lotes n.ºs 32, 33 e 34 pelas obras já efectuadas, nomeadamente rede de água, águas pluviais, terraplanagens, etc.-----

-----Mais informam que se anexa cópia dos lotes a permutar, dos lotes requeridos pelo promotor em redução de caução com valor patrimonial actualizado, bem como orçamento do medidor orçamentista indicando o valor global das obras de urbanização executadas pelo promotor.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que no entendimento dos Vereadores da Oposição já foram dadas demasiadas oportunidades, quer por este Executivo quer no passado e a situação continua sem resolução, como tal não concordam com o solicitado.-----

-----Disse que entende que do ponto de vista jurídico se tente resolver a questão, mas de facto não lhe parece que o promotor do loteamento seja meritório dessa atitude.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o promotor já realizou algumas obras e como tal considera que a autarquia podia reduzir a caução prestada, nesse valor. Para o efeito, solicitou que se proceda à

rectificação da medição apresentada pelo medidor orçamentista, da autarquia, que se encontra anexo à informação técnica, tendo em conta o estado actual dos trabalhos/materiais. -----

-----O Senhor Presidente propôs que seja realizada uma reunião com o promotor, a Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo e a Jurista da Autarquia, para de acordo com a nova medição, acordar-se a redução da caução a efectuar. -----

-----**A Câmara deliberou que se proceda ao agendamento de uma reunião com o promotor do loteamento identificado em epígrafe, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, da Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo e da Jurista da Autarquia, para análise da proposta.** -----

-----**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ (ALVARÁ N.º 2/93) – ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais dando conhecimento que foi solicitada informação sobre a possibilidade de efectuar a alteração às especificações do alvará n.º 2/93, designadamente alterar o uso previsto inicialmente de “habitação e comércio” para “habitação, comércio e serviços”.-----

-----Mais informam que na sequência da Informação do Gabinete Jurídico que recaiu sobre a informação técnica, com o registo n.º 557/2009, que refere que a consulta pública deverá ser efectuada nos termos do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, sendo todas as despesas suportadas pelo requerente. -----

-----Conclui que a consulta pública deve ser anunciada com a antecedência mínima de cinco dias, não podendo a sua duração ser inferior a 30 dias. Ainda nos termos do artigo 77.º, a Câmara procede à abertura do período de consulta pública, através do aviso a publicar no

Diário da República e a divulgar na Comunicação Social e da respectiva página da Internet, do qual consta a indicação do período de consulta pública, e a forma como deve ser apresentada a reclamação. -----

-----Por último propõe que o Executivo, na sequência da informação prestada pelo Gabinete Jurídico, delibere que se proceda à abertura do período de consulta pública referente à alteração do alvará n.º 2/93, nos termos previstos no artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de Setembro. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou que se proceda à abertura do período de consulta pública, referente à alteração do alvará n.º 2/93, nos termos previstos no artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de Setembro.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE AZARES – PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA CASA DO POVO** -----

-----Foi presente ofício da Junta de Freguesia de Vale de Azares, datado de 18 de Março de 2009, solicitando que a autarquia efectue obras de melhoramento no edifício da Casa do Povo, que se encontra em estado avançado de degradação, uma vez que a Junta de Freguesia não possui capacidade financeira para efectuar as obras. -----

-----Foi presente também, informação conjunta da Divisão de Planeamento e Urbanismo e do Gabinete Jurídico, que informa que, nos termos do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e sucessivas alterações, compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea b), da supra-referida Lei, nomeadamente deliberar sobre formas de apoio às freguesias. -----

-----O Gabinete Jurídico informa ainda que do requerimento apresentado pela Junta de Freguesia de Vale de Azares, resulta a falta de recursos financeiros para proceder às obras necessárias no Edifício da Casa do Povo. -----

-----Por último refere que apesar das obras solicitadas não incidirem sobre o edifício, propriedade da Câmara Municipal, resulta que face à incapacidade financeira a Câmara Municipal poderá deliberar sobre o apoio solicitado, por ter enquadramento legal. -----

-----**Face ao exposto, a Câmara deliberou conceder um apoio financeiro, para a mão-de-obra, para execução das obras, através da adjudicação dos trabalhos ao orçamento mais baixo, bem como fornecer os materiais necessários, com acompanhamento por parte dos serviços técnicos da autarquia.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**REVISÃO DO PDM DE CELORICO DA BEIRA – PUBLICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 31 de Março de 2009, dando conhecimento que foi publicado em Diário da República, II – Série, a constituição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal, da qual ficam a fazer parte as entidades referidas no Despacho n.º 8972/2009, publicado no Diário da República.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Herdeiros de António Pereira Guerra**-----

-----Foi presente requerimento n.º 142, datado de dois de Março de dois mil e nove, em nome de Herdeiros de António Pereira, pretendendo que lhe

seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em E.N. 16, n.º 8, freguesia de Lageosa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número seiscentos e setenta, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1997.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**TRANSPORTES ESCOLARES**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril, de cada ano, ficando a fazer parte integrante desta acta em anexo **(anexo I)**.-----

-----**A Câmara deliberou aprovar o Plano de Transportes Escolares.** --

-----*A presente deliberação foi aprovado em minuta.*-----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Foi presente para conhecimento requerimento de férias do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 17 de Março de 2009, dando conhecimento que a presente operação urbanística incide sobre o terreno com a certidão da Conservatória do registo Predial n.º 430/20040407, artigo matricial n.º 538 da freguesia da Carrapichana, com uma área total de 47825 m². Como é referido na memória descritiva e justificativa, a operação de loteamento incide apenas sobre a área do terreno localizado dentro do perímetro (18412m²), ficando a restante área do terreno localizada fora do perímetro urbano, como área sobrança (29413 m²).-----

-----Mais informa que esta operação de loteamento propõe a constituição de dezassete lotes, destinados à construção de habitações unifamiliares. Os edifícios serão objecto de licenciamento próprio, após a aprovação da operação de loteamento.-----

-----Conclui que:-----

-----Analisada a instrução do processo, conforme Ponto 7.º, da Portaria 232/2008, de 11 de Março verificou-se que se encontra em falta o elemento definido na alínea n), do n.º 1, designadamente o estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução de operação; -----

-----As frentes mínimas dos lotes são superiores a 12 metros, conforme consta na Informação do Sr. Arq. Sandro Pinheiro, com registo de entrada n.º 854, de 26/03/2009.-----

-----Assim, propõe: -----

-----A aprovação da operação de loteamento em causa, devendo de seguida serem apresentados os projectos de especialidades correspondentes;-----

-----A apresentação do estudo, que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada, relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento com a apresentação dos projectos de especialidades. -----

-----Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou:-----

-----1. Aprovar a presente operação de loteamento, devendo de seguida serem apresentados os projectos de especialidades correspondentes.-----

-----2. Que o loteador proceda à apresentação do estudo, que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada, relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento com a apresentação dos projectos de especialidades. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com registo interno número 909, datado de 31/03/2009, dando conhecimento que relativamente ao requerimento com registo de entrada n.º 657, relativamente ao processo em epígrafe, a solicitar a isenção do pagamento de taxas inerentes ao licenciamento da operação urbanística, ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e Edificações do Concelho de Celorico da Beira.

-----Informa que nos termos do regulamento referido, podem ser isentos de pagamento de taxas as “Instituições Particulares de Solidariedade

Social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a prossecução dos respectivos fins estatutários”. -----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas relativas ao licenciamento da Operação de Loteamento em Nome de Associação de Melhoramentos da Carrapichana, nos termos da alínea a), do n.º 4, do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e Edificações do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**MAPA DAS OBRAS PARTICULARES** -----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 6, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo II)**. -----

-----**ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE VINTE DE DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL NOVE** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que a próxima reunião ordinária que deveria ter lugar no dia vinte e dois de Abril do corrente ano, se realize no dia dezasseis do mesmo mês, pelas quinze horas. -----

-----**ENCERRAMENTO** -----

-----Eram dezasseis horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----